

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

NELI DA SILVA DO NASCIMENTO

**SENTIDOS DO ESTUDO ENTRE IDOSOS:
A EXPERIÊNCIA DA TURMA DE ALFABETIZAÇÃO NA
MODALIDADE EJA DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE ANGRA DOS
REIS - RJ**

ANGRA DOS REIS – RJ

2020

NELI DA SILVA DO NASCIMENTO

**SENTIDOS DO ESTUDO ENTRE IDOSOS:
A EXPERIÊNCIA DA TURMA DE ALFABETIZAÇÃO NA
MODALIDADE EJA DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE ANGRA DOS
REIS - RJ**

Monografia apresentada à Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para conclusão de curso e obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Silmara Lúcia Marton

ANGRA DOS REIS – RJ

2020

Ficha catalográfica automática - SDC/BIAR
Gerada com informações fornecidas pelo autor

N244s Nascimento, Neli da Silva do
Sentidos do estudo entre idosos : A experiência da turma de alfabetização na modalidade EJA de uma escola pública de Angra dos Reis-RJ / Neli da Silva do Nascimento ; Silmara Lídia Marton, orientador. Angra dos Reis, 2020.
43 p. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)-
Universidade Federal Fluminense, Instituto de Educação de Angra dos Reis, Angra dos Reis, 2020.

1. Envelhecimento. 2. Educação de Adultos. 3. Idoso. 4. Alfabetização de Adultos. 5. Produção intelectual. I. Marton, Silmara Lídia, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Educação de Angra dos Reis. III. Título.

CDD -

**SENTIDOS DO ESTUDO ENTRE IDOSOS:
A EXPERIÊNCIA DA TURMA DE ALFABETIZAÇÃO NA
MODALIDADE EJA DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE ANGRA DOS
REIS - RJ**

Monografia apresentada à Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para conclusão de curso e obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Aprovado em ____/____/2020.

Prof. Dra. Silmara Lídia Marton - UFF
ORIENTADORA

Prof. Dr. Adriano Vargas Freitas – UFF
PARECERISTA

Prof. Dr. Augusto César Gonçalves e Lima - UFF
PARECERISTA

Dedico este trabalho aos meus netos Guilherme,
Gabriella, Júlia, Eduardo e Isaac.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Lucy da Silva do Nascimento, aos meus irmãos e meus filhos Wallace e Willian do Nascimento Tavares, que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória.

Agradeço a minha orientadora Profa. Silmara Lídia Marton, por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa. Pela paciência e persistência no sentido de me incentivar a concluir este curso.

A todos os meus professores do curso de Pedagogia do Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR), pela excelência da qualidade técnica de cada um e, em especial, ao Prof. Elionaldo Fernandes Julião, pelo seu apoio enviando material para minha pesquisa.

Aos professores pareceristas Adriano Vargas Freitas e Augusto César Gonçalves e Lima, por terem aceito o convite para realizar seus pareceres à versão final do meu trabalho.

A minha amiga Maria do Carmo Garcia “In Memoriam”, pelo seus calorosos incentivos de força e coragem.

Enfim, a todos aqueles que acreditaram em mim, torceram e lutaram pelo meu sucesso.

*Não me pergunte sobre a minha idade,
porque tenho todas as idades. Eu tenho a idade da
infância, da adolescência, da maturidade e da
velhice.*

Cora Coralina

RESUMO

Devido ao aumento da população idosa no Brasil nas últimas décadas, o Estado se viu obrigado a garantir a esse público a proteção de sua vida e saúde com a intermediação das políticas públicas que contribuam para um envelhecimento saudável e digno. Nessa perspectiva, também a garantia da educação escolar para o idoso. O presente estudo tem por objetivo saber que sentidos o idoso identifica no estudo quando imerso no processo educacional na modalidade EJA numa escola pública. Para tanto, a pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico de artigos e documentos legais, em especial, o documento da VI CONFITEA, que garante o acesso do idoso a Educação EJA, e empiricamente, com entrevista junto a uma assistente social que atua em instituição de idosos, mostrando a importância do papel da família no sentido da valorização de suas vidas, e entrevistas com alunos idosos na modalidade EJA na Escola Municipal Cornelis Verolme, em Angra dos Reis-RJ. A pesquisa me conduziu à conclusão de que, no processo de sua escolarização, os idosos encontram no estudo sentidos para suas existências e, por meio dessa experiência, atuam como atores políticos que lutam por suas vidas no palco da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento - Educação de Jovens e Adultos – Idoso – Escola – Sentido do estudo

ABSTRACT

Due to the increase in the elderly population in Brazil in recent decades, the State was obliged to guarantee this public the protection of its life and health through the intermediation of public policies that contribute to a healthy and dignified aging. In this perspective, also the guarantee of school education for the elderly. The present study aims to know what meanings the elderly identify in the study when immersed in the educational process in the EJA modality in a public school. To this end, the research was carried out by means of a bibliographic survey of articles and legal documents, in particular, the VI CONFITEA document, which guarantees the elderly's access to EJA Education, and empirically, with an interview with a social worker who works in elderly institution, showing the importance of the role of the family in the sense of valuing their lives, and interviews with elderly students in the EJA modality at the Municipal School Cornelis Verolme, in Angra dos Reis-RJ. The research led me to the conclusion that, in the process of their schooling, the elderly find meaning in their study for their existence and, through this experience, act as political actors who fight for their lives on the stage of life.

KEYWORDS: Aging - Youth and Adult Education - Elderly - School - Meaning of the study

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
I. ENVELHECIMENTO NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	12
II. O ACESSO DO IDOSO À EDUCAÇÃO E A EJA	
II.1. Marco de Ação de Belém – CONFITEA VI.....	19
II.2. Apresentando um Breve Histórico da EJA no Brasil.....	21
III. APROXIMAÇÃO COM OS IDOSOS EM ANGRA DOS REIS.....	26
III.1. Histórico da EJA em Angra dos Reis.....	28
III.2. Os Idosos na EJA da Escola Municipal Cornelis Verolme.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

INTRODUÇÃO

Pretendo abordar neste trabalho de conclusão de curso a relação entre os idosos e a educação em suas vidas, no contexto de sua inserção na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em 2011, no quinto período do curso de Pedagogia do Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense, fiz a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica III e, naquele momento, iniciei o estágio em Educação Inclusiva na Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Escola Municipal Adelaide Figueira, no bairro de Sapinhatuba I, na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

A turma da escola para a realização do estágio era de Ensino Fundamental e multisseriada, com alunos na faixa etária entre 16 e 75 anos, ou seja, formada por um público muito jovem, assim como de adultos e idosos. Deparei-me com uma realidade inusitada até então para mim, pois não conseguia imaginar a razão pela qual alguns daqueles estudantes já idosos estarem ali em busca da aprendizagem da leitura e da escrita. Muitos entre eles eram aposentados e não estavam à procura de trabalhos remunerados, porém, logo em seguida, mesmo tomada por certa estranheza, fui ganhando alguma percepção na direção de que o envelhecimento para aqueles idosos não era um empecilho para a concretização dos seus sonhos. Tinha algo mais.

Os idosos, na EJA, buscam aprender e conhecer, o que não se vincula, diretamente, a chegar num produto ou um diploma para sua entrada no mercado de trabalho. Eles também são mais participativos. Recordando a experiência de escuta de uma senhora: *“velhice é ficar o tempo inteiro sentado diante da TV”*. Nesse aspecto, a fala chama a atenção a uma outra relação com os estudos por parte do idoso. Parecia buscarem eles um sentido maior para as suas existências e uma outra relação com o tempo, que não é o que passa, ou o que precisa ainda naquele curto período de vida concluir, mas uma certa intensidade na experiência de estudar. Mas, seria isso mesmo? Haveria outra busca relacionada a algum sentido maior, um significado, a valorização de si mesmos? Que sentido eles viam no ato de estudar? O presente trabalho monográfico tem por objetivo principal, então, saber que sentidos o idoso identifica no estudo quando imerso no processo educacional na modalidade EJA numa escola pública.

Foi assim que, a partir daquele estranhamento inicial e da pergunta, caminhei na investigação, começando pela pesquisa bibliográfica de documentos legais e alguns artigos

científicos, para compreender o envelhecimento no mundo contemporâneo e no Brasil, as políticas públicas em EJA e, em especial, para o idoso e, com base no estudo do histórico da EJA, como se deu sua inserção nessa modalidade. Em seguida, realizei a pesquisa empírica na Escola Municipal Cornelis Verolme, bairro de Jacuecanga, cidade de Angra dos Reis, onde foram feitas algumas observações e entrevistas com quatro estudantes idosos. Pude não somente averiguar alguns dos sentidos da educação para esse público como também conhecer um pouco da relação dos idosos com a escola, com os estudos, com os demais colegas e seus professores.

Assim, esse texto de monografia está dividido em três capítulos. O primeiro se intitula “Envelhecimento no Brasil e as políticas públicas”, problematizando, em diálogo com os documentos legais, a respeito das dificuldades que ainda precisam ser enfrentadas a fim de que políticas públicas para o idoso sejam realmente aplicadas. O segundo capítulo intitulado “O Acesso do Idoso à Educação e a EJA”, compreende a importância do CONFITEA (Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos), cuja finalidade é trazer a público e em nível internacional a problemática da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, em seguida, um breve histórico da EJA no Brasil. O terceiro capítulo “Aproximação com os Idosos em Angra dos Reis” é feito de minha experiência em campo junto aos idosos em alguns espaços institucionais e, entre os quais, a escola dentro da qual entrevistei estudantes idosos.

O acompanhamento desse processo educacional junto ao aluno idoso é de grande relevância, uma vez que contribui para que sua escolarização seja, de fato, inclusiva, compreendendo suas dificuldades e avanços, suas contribuições enquanto ser cultural, político, histórico e social e, principalmente, como ser humano com as suas utopias, os seus desejos e busca de realização, sentido e reconhecimento social.

CAPÍTULO I

ENVELHECIMENTO NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A população brasileira está envelhecendo. De acordo com Veras e Oliveira (2018), pesquisadores da Universidade Aberta da Terceira Idade do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a população de cidadãos acima de 60 anos vem crescendo no Brasil e este aumento ocorre devido a vários fatores relativos à mudança na qualidade de vida desta população. Conforme Minayo apud Fernandes e Santos (2006),

tal mudança demográfica se deve a vários fatores: o controle de muitas doenças infectocontagiosas e potencialmente fatais, sobretudo a partir da descoberta dos antibióticos, dos imunobiológicos e das políticas de vacinação em massa; diminuição das taxas de fecundidade; queda da mortalidade infantil, graças à ampliação de redes de abastecimento de água e esgoto e da cobertura da atenção básica à saúde; acelerada urbanização e mudanças nos processos produtivos, de organização do trabalho e da vida (MINAYO apud FERNANDES e SANTOS, 2006, p. 49).

E, nesse sentido, tem havido um amplo acolhimento aos idosos pelos programas sociais promovidos pelos governos. O mundo ganhou muito com a ampliação do tempo de vida da humanidade. No entanto, mesmo com este acompanhamento da melhora substancial dos parâmetros de saúde das populações, ainda está longe de uma conquista justa em todos os países.

Chegar à velhice, que antes era privilégio de poucos, hoje passa a ser a norma mesmo nos países mais pobres. Esta conquista maior do século XX se transformou, no entanto, no grande desafio para o século atual. O envelhecimento da população não basta por si só. Viver mais é importante desde que se consiga agregar qualidade aos anos adicionais de vida. Este fenômeno, do alongamento do tempo de vida, ocorreu inicialmente em países desenvolvidos, porém, mais recentemente, é nos países em desenvolvimento que o envelhecimento da população tem ocorrido de forma mais acentuada. (VERAS e OLIVEIRA, 2018, p.1930)

Ainda até o século XX, comentam os autores, o Brasil não tinha um olhar de cuidado com os idosos no mundo da família. Era muito comum o idoso não ser acolhido e nem respeitado no seio familiar, sendo isolado num espaço específico – o asilo. Foi nos anos 60 que, por meio do Serviço Social do Comércio (SESC), uma visão assistencialista foi cedendo a uma outra relação com as pessoas idosas. Além disso, enfatizam os autores, somente a partir

da Constituição Federal promulgada em 1988 que se deram mudanças radicais no tocante ao modo de ver o envelhecimento no Brasil. A Constituição reverteu a política assistencialista em curso na década de 1980, adquirindo “uma conotação de direito de cidadania”, acrescentando que essa década representou um período rico para a organização dos idosos e a comunidade científica, com a realização “de inúmeros seminários e congressos, sensibilizando dessa forma os governos e a sociedade para a questão da velhice” (VERAS e OLIVEIRA, 2018, p. 1931).

Podemos depreender disso que a visão que se tinha do idoso e dos cuidados a serem a eles concedidos eram muito reduzidos. O idoso era visto como incapaz de realizar qualquer atividade física ou mental e a maioria dos idosos das classes desfavorecidas era internada em asilos filantrópicos. Muitos deles eram esquecidos pela família, sendo submetidos a uma enorme falta de perspectiva que os destinava muito rapidamente a um fim de suas vidas, esperando por ajuda das organizações não governamentais em doações, seja por meio de alimentos e remédios.

A velhice não é o fim da existência, é um momento para recomeçar outra fase da vida que, entre as escolhas que um idoso venha ou não fazer, deve resguardar o cumprimento de seus direitos. Atualmente a Lei 10741/2003 do Estatuto do Idoso ampara os idosos a viver dignamente e com qualidade de vida.

Na atualidade, o Estatuto do Idoso, criado pela Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, estabelece prioridade absoluta às normas protetivas ao idoso, elencando novos direitos e estabelecendo vários mecanismos específicos de proteção os quais vão desde precedência no atendimento ao permanente aprimoramento de suas condições de vida, até a inviolabilidade física, psíquica e moral (CONEVIVA apud FERNANDES e SANTOS, 2004, p. 54).

A população de idosos (acima de 60 anos) cresce cada vez mais no Brasil. Os dados do IBGE apontam que entre 2012 a 2017 essa população aumentou em 18% ultrapassando a casa dos 30 milhões em 2017 em comparação aos 15 milhões em 2003, quando foi publicado oficialmente o estatuto (PARADELLA, 2018). No mesmo ano, com o intuito de garantir a dignidade do idoso no Brasil, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o “Dia Internacional do Idoso” e o Estatuto do Idoso. Houve um debate amplo na sociedade para essa questão exigindo leis específicas, o que se desdobrou no referido estatuto - Lei 10.741/2003, o qual em outubro daquele ano completou 16 anos.

Segundo o Ordenamento Jurídico Brasileiro, a dignidade humana desses idosos deve ser respeitada. Como assegura o art. 9º da Lei 10.741/2003, é uma obrigação do Estado a

garantia à proteção a vida e saúde dos idosos com a intermediação das políticas públicas que contribuam para um envelhecimento saudável e de forma digna. No texto do Estatuto do Idoso, chamam a atenção algumas disposições preliminares e outros artigos além do mencionado artigo 9º, cujos aspectos se relacionam diretamente a esses direitos, assim como os relativos à Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2.º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outro meio, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3.º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

(...)

Art. 10.º É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis. § 1.º O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos: I - faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II - opinião e expressão; III - crença e culto religioso; IV - prática de esportes e de diversões; V - participação na vida familiar e comunitária; VI - participação na vida política, na forma da lei; VII - faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação. § 2.º O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

(...)

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados. § 1.º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna. § 2.º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

Art. 24. Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento.

Art. 25. O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual. (BRASIL. Lei n. 10.741, de 2003, p. 7-18 – grifos meus)

O Estatuto do Idoso foi criado para regularizar os direitos assegurados às pessoas com a idade de 60 anos e acima dessa faixa etária. Até que ponto podemos dizer que a lei 10471/03 atingiu o objetivo no sentido de assegurar os direitos com igualdade para todos os idosos? Que mecanismos de controle e acompanhamento podem viabilizar de forma mais eficiente e eficaz esses direitos? Nessa perspectiva, as reflexões dos pesquisadores no campo de Políticas Públicas e Economia Andrade Filho e Ramalho, da Universidade Federal da Paraíba, são importantes quando apontam as ineficiências no tocante a inexistência de regulamentação legislativa e não cumprimento da fiscalização estatal.

Em seu artigo *“A Efetividade Legal do Estatuto do Idoso constituído sob a Lei 10.741/2003”* (2011), Andrade Filho e Ramalho destacam que sua investigação se deu no sentido de encontrar subsídios que pudessem dar uma comprovação de que o Estatuto do Idoso estaria mesmo sendo aplicado. Estariam defendendo as pessoas realmente, pessoas essas que se caracterizam como incluídas na chamada “Terceira Idade”?

Autores ressaltam que a expressão “Terceira Idade” se popularizou no Brasil rapidamente, tendo essa expressão, de acordo com Laslett (1987), se originado na França nos anos 70. Essa popularidade se deu fundamentalmente porque o Brasil é um país que envelhece a passos largos, já que o número de pessoas idosas passou de três milhões em 1960 para sete milhões em 1975 e dezesseis milhões em 2002, o que equivale aumento de 500% em quarenta anos, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Organização das Nações Unidas.

Como parte integrante da pesquisa dos autores antes referidos, foram buscados objetivos que tratam da natureza do envelhecimento, de políticas públicas voltadas a esse segmento até a verificação do que o Estatuto do Idoso traz de inovador nesse sentido. (ANDRADE FILHO e RAMALHO, 2011). Além disso, os autores ressaltam a importância do gestor público, pois se entende que deva fazer valer, no mínimo, os direitos fundamentais da justiça.

O gestor público deve pautar suas atividades sempre na busca de ideais de justiça, de forma que sejam tutelados direitos mínimos fundamentais, buscando assim mecanismos pelos quais essa garantia venha a ter uma real efetividade quanto à proteção do direito de todos os seus municípios, já que assim, o administrador estará desenvolvendo legitimamente o papel para qual foi eleito. (ANDRADE FILHO e RAMALHO, 2011, p.3)

Infelizmente, conforme observam Andrade Filho e Ramalho (2011), o Estado brasileiro não atende todos os idosos e não garante o seu acesso aos direitos fundamentais com igualdade social. Os privilegiados são aqueles com uma renda melhor para suprir suas necessidades em âmbito particular. De acordo com Fernandes (1997), observam Andrade Filho e Ramalho (2011), haveria quatro aspectos essenciais que precisam estar presentes em qualquer reflexão acerca da garantia dos direitos intangíveis do idoso. Apontam que são esses:

(...) tratamento equitativo, através do reconhecimento de direitos pela contribuição social econômica e cultural do indivíduo idoso em sua sociedade, ao longo da vida; direito à igualdade, por meio de processos que combatam todas as formas de discriminação, como aquela que macula o período de aposentadoria; direito à autonomia, estimulando a participação social e familiar, enquanto possuir lucidez, indicando opções e compartilhando dos estudos, propostas e exame de sugestões que digam respeito à sua vivência cotidiana; direito à dignidade, uma recomendação histórica que inclui o respeito à sua imagem, assegurando-lhe consideração nos múltiplos aspectos que garantam satisfação de viver a velhice. (FERNANDES apud ANDRADE FILHO e RAMALHO, 2011, p. 06)

Andrade Filho e Ramalho (2011) também argumentam haver leis específicas para os idosos, porém, a prática mostra uma carência muito grande na existência de políticas públicas direcionadas para esse público, especificamente.

Em suas pesquisas, os autores certificam que a Efetividade Processual do Estatuto do Idoso no início do vigor da Lei 10741/03, passando oito anos em vigor da lei, ainda é pouco divulgada, pois muitos idosos, principalmente nas regiões mais pobres e de baixa escolaridade, ainda não têm conhecimento de seus direitos. Muitos pesquisadores da área e políticos acreditavam que seriam incoerentes em segmentar tais direitos, e que resultados positivos da lei só seriam possíveis quando cobrados pela sociedade, se tornando algo de conhecimento geral e devidamente fiscalizado pelo Poder Público. Enfatizam assim o princípio da igualdade. Dessa maneira, o idoso deveria ter maior participação no complicado sistema que compõe a sociedade onde vive, exigindo seu lugar participativo na sociedade. Entretanto, a prática, segundo Andrade Filho e Ramalho (2011), tem lhes mostrado que é preciso estar atento à proteção dessa fase delicada da vida.

É preciso ter em mente que devemos trabalhar para a construção de uma imagem positiva nova do envelhecimento, não tendo apenas como referência a ideia de que as pessoas de mais idade como detentores apenas da sabedoria e da experiência, mas sim como meio disponível para o aprendizado e para novas experiências, proporcionando assim, uma identidade ao grupo e uma particularidade ao envelhecimento. (ANDRADE FILHO e RAMALHO, 2011, p.17)

A leitura de um outro artigo decorrente de pesquisa realizada por duas autoras sobre o Estatuto do Idoso foi de grande importância para esse trabalho. No capítulo V do Estatuto do Idoso, em seus artigos 20 a 25, é corroborado que o idoso tem o direito à educação, o qual inclui também a cultura, o lazer e o esporte. Acerca do direito à educação dos idosos, no artigo *“O Direito à Educação prescrito no Estatuto do Idoso: uma breve discussão”* (2008), as autoras Regina Sviech Pontarolo e Rita de Cássia da Silva Oliveira argumentam que o acesso à educação é um fator de crescimento, conhecimento, interação, de novas descobertas e vivências, elementos essenciais à preservação e manutenção de uma vida mais produtiva e saudável. Enfatizam a importância da volta à escola para os idosos, “a qual é baseada pelo interesse na qualidade formativa da educação” (PONTAROLO e OLIVEIRA, 2008, p.05).

No artigo 25 é dito sobre o apoio do poder público para as pessoas da terceira idade ingressarem na faculdade e que incentivará a produção de livro com conteúdos e padrões editoriais para a adequação dos idosos. As autoras problematizam que, contradizendo com o estatuto, no caso das Universidades Abertas à Terceira Idade, essas instituições não possuem vagas suficientes para atender à demanda de idosos interessados, e não têm oferta de programas educacionais aos idosos em cidades de pequeno porte. Além dessa questão estrutural da falta de oferta educacional ao idoso, há também a problemática do processo de escolarização brasileira. Nesse sentido, as pesquisadoras compreendem que o regime de sucessivas reformas ainda é conservador. O sistema formal de ensino privilegia a criança, o adolescente e o adulto, deixando o idoso para programas não obrigatórios.

Abro parênteses aqui para destacar a relevância do Conselho Municipal dos Idosos (CMI). Nessa pesquisa, tive a oportunidade de ter acesso ao documento produzido pelo CMI do município de Angra dos Reis, presidido pelo Sr. Walchyr Vicarone dos Reis, cujo mandato iniciou em 2019. No Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis, Ano XV-nº1044-25 de junho de 2019, consta informação sobre a III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada a 13/06/19, passando a vigorar no dia 14 de junho do mesmo ano, sobre a Resolução nº 06/2019/CMI. As proposições aprovadas após a revisão do texto junto a plenária foram divididas em quatro eixos, entre os quais o eixo que é do meu interesse o qual

aponta a necessidade de um olhar para a qualidade do ensino e para incentivos aos idosos do município a fim de retornarem às salas de aula. Destaca-se no documento a necessidade do ensino de qualidade diferenciado para a terceira idade, assim como acontece na educação para aldeias indígenas; o incentivo para o idoso a fim de que volte a escola dando a ele a satisfação e oportunidade de recomeçar, fazendo assim a divulgação do ensino; a adaptação para acessibilidade da pessoa idosa (piso tátil, banheiro acessível); horário facilitado para o idoso ir e voltar com segurança da escola; e, transporte escolar exclusivo para idosos que estudam.

A UNESCO, na década de 80, já havia realizado estudos sobre a relação entre o idoso e a educação e sintetizou da seguinte maneira o que pode ser considerado como “educação da pessoa idosa”:

1. considerar menos o conteúdo e mais o despertar nela a capacidade de confiança em si mesma, de sua autonomia e o de destruir os estereótipos negativos que poderão estar influenciando na sua vida. Aumentando o senso de suas responsabilidades, a pessoa idosa poderá melhorar sua saúde física e mental, o que contribuirá para que ela se afirme cada vez mais no dia-a-dia e no seu comportamento social;
2. minimizar o isolamento, a solidão em que vivem muitos idosos, estimulando as relações com pessoas de sua geração e, também, com as de outras gerações;
3. proporcionar conhecimentos práticos, específicos sobre, por exemplo, a passagem da vida ativa para a de aposentado, além de conhecimentos teóricos relativos ao processo de envelhecimento; ainda, atividades físicas, socioculturais e artísticas que possam interessar aos idosos;
4. proporcionar a tomada de consciência das pessoas idosas da riqueza de sua vida pessoal e profissional e da importância da comunicação de sua experiência a outras gerações, desenvolvendo o equilíbrio e a compreensão mútua num mundo tão conflituoso e que muda rapidamente. (PONTAROLO e OLIVEIRA, 2008, p. 5-6)

Portanto, podemos dizer que a educação para os idosos destina-se ao verdadeiro sentido e objetivo da educação, como finalidade do processo civilizatório, aumento do nível intelectual e cultural dos cidadãos, uma teoria e uma prática de ação transformadora.

CAPÍTULO II

O ACESSO DO IDOSO À EDUCAÇÃO E A EJA

Marco de Ação de Belém – CONFITEA VI

O acesso do idoso à educação foi objeto de muitas discussões que se consolidaram na forma de alguns documentos legais, como foi o caso do Estatuto do Idoso, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, assim como em propostas educacionais, a exemplo das diretrizes curriculares da EJA (Educação de Jovens e Adultos), e em compromisso assumido coletivamente na V CONFITEA – Conferência Internacional de Educação de Adultos, essa realizada em Hamburgo, Alemanha, em 1997, no Fórum Mundial da Educação em Dakar, Senegal, em 2000 e na VI CONFITEA, no Pará, em nosso país, em dezembro de 2009.

Foi na metade do século passado que surgiu o aparecimento da CONFITEA (Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos), com a finalidade de trazer a público e em nível internacional a problemática da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Segundo o documento, o objetivo da conferência é discutir e qualificar as políticas implementadas em âmbito internacional para essa modalidade de educação e traçar as principais diretrizes que nortearão as ações neste campo. Os encontros acontecem a cada 12 anos e, até o momento, se deram nos seguintes países: Dinamarca (1949), Canadá (1963), Japão (1972), França (1985), Alemanha (1997) e Brasil (2009). Estas conferências são organizadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO.

Destaco a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFITEA), pois realizada em Belém, no Brasil, sendo o primeiro país do Hemisfério Sul a sediar uma Conferência dessa natureza, a qual foi produzida pela Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e pelo Ministério da Educação (BRASIL, Ministério da Educação, 2009). A Conferência contou com a participação de 1.125 delegados de 144 países, incluindo 55 ministros e vice-ministros e 16 embaixadores e delegados permanentes da UNESCO. Dessa passagem a seguir é possível depreender o tamanho da importância daquela conferência. Destaca-se a consciência do compromisso do governo brasileiro da época com

essa população idosa no sentido de reparar uma “dívida histórica” e que, para tanto, era preciso enfrentar o problema de sua exclusão no campo da Educação. Sediado um evento assim foi de enorme relevância para o Brasil.

Para o governo brasileiro, além do privilégio de sediar um evento dessa magnitude, essa é uma oportunidade ímpar de ampliar e aprofundar o debate nacional sobre as políticas que vêm sendo implementadas nos últimos anos com o fim de elevar o nível educacional da população brasileira. Mais do que isso, é um momento propício para se refletir e propor soluções para os enormes desafios que a sociedade brasileira precisa enfrentar a fim de resgatar a sua dívida histórica para com aqueles que foram excluídos da educação. E a dimensão deste desafio é dada por 67 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não concluíram o Ensino Fundamental, das quais 15 milhões não completaram quatro anos de estudo e 14 milhões sequer sabem ler, escrever ou contar (BRASIL, Ministério da Educação, 2009, p. 5)

Por outro lado, segundo Rodrigues e Cavalheiros (2011), o documento apresentava avanços, mas ainda a persistência de situações de exclusão dos idosos do sistema educacional brasileiro. Observam: “Chama atenção, sobretudo, a perspectiva de uma educação ao longo da vida em oposição à forma escolarizada e a sua suposta capacidade de equacionar problemas geracionais”. (RODRIGUES e CAVALHEIROS, 2011, p. 11).

O secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, entre os anos de 2007 e 2010, André Lázaro, comentava que, na VI CONFITEA, os participantes procuraram fortalecer o reconhecimento de aprendizagem e educação de adultos numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida. Lázaro relata que a meta primordial foi de harmonizar a aprendizagem e educação de adultos com outras agendas internacionais de educação e desenvolvimento e sua integração nas estratégias setoriais nacionais.

O documento final da VI CONFITEA foi assinado, o qual culminou na elaboração e aprovação do Marco de Ação de Belém, documento esse que se constitui em peça fundamental no longo processo de mobilização e preparação nacional e internacional. As recomendações do Marco de Ação de Belém oferecem uma diretriz que permite ampliar o nosso referencial na busca de uma educação de jovens e adultos mais inclusiva e equitativa. Além disso, compreende que deva haver um melhor aproveitamento do educador e do potencial do educando na busca de um futuro viável para todos.

O Documento Marco de Ação de Belém reitera muitas das constatações e prescrições anunciadas tanto no Relatório Global, quanto nos documentos preparatórios nacionais. Neste, reafirma-se a concepção da educação/aprendizagem ao longo da vida como ideal a ser conseguido, “do berço ao túmulo”, como “uma filosofia, um marco conceitual e um princípio

organizador de todas as formas de educação” (UNESCO; MEC, 2010, apud, Rodrigues e Cavalheiros, 2011, p.12).

Desafios para implementar políticas educacionais na EJA e dentro das quais são inseridos os idosos aparecem presentes no documento da VI CONFITEA:

1 – A produção e efetivação de política pública de Estado para a EJA, centrada nos sujeitos jovens, adultos e idosos com a expressão de toda a diversidade que constitui a sociedade brasileira.

(...)

2 – A EJA é indicada como espaço de relações intergeracionais, de diálogo entre saberes, de compreensão e de reconhecimento da experiência e da sabedoria, tencionados pelas culturas de jovens, adultos e idosos. (BRASIL, 2008, p. 14)

Em dissertação de mestrado intitulada *"A Gente nunca acha que é demais aprender"*. *Educação de Jovens e Adultos: motivações de idosos para buscarem formação escolar em Macaé-RJ*” (2020), Júlio Cesar de Moura Dias observa, a partir de minuciosa pesquisa junto aos estudantes idosos da cidade de Macaé-RJ:

ao observarmos estudantes idosos matriculados na EJA, nos deparamos com indivíduos que, quase sempre, durante todo o seu percurso de vida tiveram seu direito de estudar cerceado por uma sociedade que exclui e ao mesmo tempo que desenvolve ações descontinuadas, pontuais e pouco objetivas. (DIAS, 2020, p. 54)

Vimos que é um desafio a ser continuamente trabalhado, uma vez que há o histórico de uma sociedade excludente que dificulta, de fato, a inclusão do idoso na educação formal. Ao mesmo tempo, como forma de resistência, vimos que há por parte de muitos cidadãos profissionais da educação e, em especial, da EJA que, nas suas mais variadas ações, lutam pelo reconhecimento e a necessidade de se garantir o direito à educação dos idosos no interior da EJA, ou seja, a EJAI – Educação de Jovens, Adultos e Idosos. A história da EJA no Brasil se traduz num processo grande de luta contra a injustiça social, a desigualdade e a pobreza pela educação e que se firmou como uma política pública permanente contra o analfabetismo no país, mesmo que atravessada por muitos avanços e retrocessos.

Apresentando um Breve Histórico da EJA no Brasil

Segundo Porcaro (2007) o sistema educacional no Brasil Colônia não seguia normas e nem regras, de modo a deixar a população adulta exposta a uma educação muito mais doutrinária e religiosa. Naquela época existia um verdadeiro descaso pela educação, pois não se entendia sua vinculação e responsabilidade com a produtividade, o que causava certo desinteresse por parte dos dirigentes do país. O verdadeiro sentido era catequizar para que os

trabalhadores cumprissem tarefas exigidas, ensinando-lhes apenas o ler e escrever. No Brasil Império, foram surgindo algumas reformas educacionais e estas enalteciam a importância do ensino noturno para adultos analfabetos. Durante muito tempo, as escolas noturnas eram as únicas em funcionamento com o fim de educar os adultos no país. As aulas avulsas eram o método usado no Brasil Colônia ao Brasil Imperial, havendo também assim uma grande discriminação em relação aos índios, negros e mulheres que, numa sociedade patriarcal, eram excluídos da escola, o que gerou um grande índice de analfabetismo. A educação atendia aos interesses da burguesia agrária. Nessa lógica, só havia o interesse de se ensinar a elite, a qual se encarregaria da burocracia do Estado. A educação era voltada para quem estava no poder e que deveria ter o seu lugar assegurado no poder.

Entretanto, em 1940, com a identificação dos altos índices do analfabetismo no país, o governo criou o Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP) e diversas outras iniciativas políticas, como a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP); o surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo; o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), entre outros.

Em 1945, com o final da ditadura de Vargas, iniciou-se um movimento de fortalecimento dos princípios democráticos no país. Com a criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), ocorreu, então, por parte desta, a solicitação aos países integrantes (e entre eles, o Brasil) de se educar os adultos analfabetos. Devido a isso, em 1947, o governo lançou a 1ª Campanha de Educação de Adultos, propondo: alfabetização dos adultos analfabetos do país em três meses, oferecimento de um curso primário em duas etapas de sete meses, a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. Abriu-se, então, a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil. Nessa época, o analfabetismo era visto como causa (e não como efeito) do escasso desenvolvimento brasileiro. Além disso, o adulto analfabeto era identificado como elemento incapaz e marginal psicologicamente e socialmente, submetido à minoridade econômica, política e jurídica, não podendo, então, votar ou ser votado (CUNHA apud PORCARO, 2007, p. 1)

No encerramento da primeira campanha eleitoral em 1963, o governo militar atribuiu a Paulo Freire a tarefa de organizar e desenvolver um Programa Nacional de Alfabetização de Adultos (PNA). Em 1961, Paulo Freire havia atuado como diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade de Recife onde realizou as primeiras experiências de alfabetização popular – a criação do Método Paulo Freire. Paulo Freire, juntamente com o seu grupo, alfabetizaram 300 camponeses da região do Rio Grande do Norte em 45 dias. Durante o governo sob a presidência de João Goulart, é aprovada a multiplicação daquela experiência de alfabetização em todo o Brasil – o Plano Nacional de Alfabetização voltado à formação em massa de educadores para implementar 20 mil núcleos – os “círculos de cultura”.

Porém, com o golpe militar em 1964, houve uma ruptura neste trabalho de alfabetização já que a proposta de Paulo Freire possuía uma visão crítica e ameaçava a ordem instalada. Freire foi preso durante 70 dias no Brasil e, em seguida, foi exilado na Bolívia e, depois, no Chile, por conta de sua trajetória educacional e propostas. A partir do momento do exílio de Freire, seguiu-se uma educação brasileira de caráter assistencialista e conservador. Em 1967, o governo criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, com a pretensão de controlar a alfabetização da população, principalmente a rural.

No ano de 1970, o MOBRAL se expandiu em bases territoriais e de continuidade, começando com uma proposta integrada e para a conclusão do antigo curso primário. Em 1985, a “Nova República” redemocratizada aboliu o MOBRAL e criou a Fundação Educar. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB 5692/71, foi atribuído um capítulo para o Ensino Supletivo e solicitado que se atendesse a Educação de Jovens e Adultos.

De acordo com Cunha (1999), a década de 80 foi marcada pela difusão das pesquisas sobre língua escrita com reflexos positivos na alfabetização de adultos. Em 1988, foi promulgada a Constituição, que ampliou o dever do Estado para com a EJA, garantindo o ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um sistema de ensino utilizado na rede pública do Brasil para a inclusão de pessoas adultas no ensino fundamental e médio e que, por algum motivo, não tinham acesso ou continuidade ao ensino na idade apropriada. Assim, é regulamentada pelo Art.37 da Lei de Diretrizes de Bases, a LDB 9334/96.

Contudo, a partir dos anos 1990, a EJA começou a perder espaço nas ações governamentais, pois o governo se desobrigou de articular a política nacional de EJA, transferindo a responsabilidade para os Estados e Municípios. Em resposta a isso, o desafio da EJA passou a ser o estabelecimento de uma política e de metodologias criativas, com a universalização do ensino fundamental de qualidade.

Em nível internacional, ocorreu um crescente reconhecimento da importância da EJA para o fortalecimento da cidadania e da formação cultural da população, devido às conferências organizadas pela UNESCO, criada pela ONU e responsabilizada por incrementar a educação nos países em desenvolvimento. Surgem, então, nesse contexto, os Fóruns de EJA, como espaços de encontros e ações em parceria entre os diversos segmentos envolvidos com a área, com o poder público (administrações públicas municipais, estaduais e federal), com as universidades, ONG's, movimentos sociais, sindicatos, grupos populares, educadores e educandos.

De 1999 a 2000, então, os Fóruns passam a marcar presença nas audiências do Conselho Nacional de Educação para discutir as diretrizes curriculares para a EJA. Em alguns Estados, ainda, passaram a participar da elaboração das diretrizes estaduais e em alguns municípios, participaram da regulamentação municipal da EJA. Além disso, a Secretaria da Erradicação do Analfabetismo instituiu uma Comissão Nacional de Alfabetização e solicitou aos Fóruns uma representação. Os Fóruns, portanto, têm sido interlocutores da EJA no cenário nacional, contribuindo para a discussão e o aprofundamento do que seja a EJA no Brasil (SOARES apud PORCARO, p. 07).

No bojo de toda essa mobilização histórica é que se faz importante ainda mais hoje afirmar a continuidade da luta da educação de jovens e adultos de qualidade no Brasil e, nesse sentido, a educação dos idosos. Mas, não parece algo ainda efetivado. Em artigo intitulado “*Os Idosos na EJA: uma política de educação inclusiva*” (2016), Serra e Furtado expõem, por meio de vários documentos legais, que o sujeito idoso vem sendo contemplado na modalidade de ensino da EJA, porém, na prática, observam as pesquisadoras a “ausência de uma política de educação, com uma proposta pedagógica que ofereça aos idosos o reconhecimento de suas necessidades e peculiaridades no processo educativo dos espaços escolares e não escolares” (SERRA e FURTADO, 2016, p. 149).

As autoras discutem também os direitos da educação inclusiva dos alunos de EJA e reforçam os argumentos de autores, como Neri e Robert (1999) apud Serra e Furtado (2016), os quais reconhecem a posição de “ator político” dos alunos de EJA. Dão as pesquisadoras ênfase especial à Lei 10.741, de outubro de 2009, que dispõe o Estatuto dos Idosos. Porém, ressaltam a falta de oportunidade e de equidade de direitos para que seja implementado na prática.

Apropriamo-nos desse referencial, munidas do respeito às diferentes formas de educar e aprender, dos valores inclusivos, emancipatórios e democráticos, como trata esse documento para reforçar uma agenda voltada à educação ao longo da vida, que inclua os idosos, observando e considerando suas contribuições, histórias e memórias construídas e retransmitidas a outras gerações como ponto de partida para também construir políticas educacionais pungentes, gestadas de conteúdos e temas que alimentem e deem sentido ao curso da vida. (SERRA e FURTADO, 2016, p.160)

Bobbio e Freire são também lembrados pelas autoras. Os conflitos sociais não serão resolvidos, segundo Bobbio, se não existir uma democracia e a paz reconhecida e protegida, assim como o cumprimento dos direitos de educação de jovens e adultos, uma vez que se trata de uma dívida social. Paulo Freire sabiamente já enfocava o valor da “Palavra” como recurso importante para consolidar o sentimento de pertencimento, de “ser alguém”, de estar e agir no mundo (SERRA e FURTADO, 2016).

Vimos que há muita necessidade ainda de políticas públicas e sua consolidação a fim de garantir os direitos dos alunos EJA. Considerando o que foi desenvolvido neste capítulo, é possível afirmar que cabe ao Estado promover estas políticas públicas com projetos e programas, mas articulados com o governo federal, estadual, municipal, suas secretarias, as escolas e as universidades.

Estamos falando de idosos que precisam ser respeitados em seus direitos, na preservação de sua dignidade humana e que, no processo de sua formação escolar, levam para a sala de aula histórias construídas ao longo do curso de suas vidas que merecem ser muito valorizadas. Alguns chegam com sentimentos de fracasso, outros felizes por estarem desafiando suas dificuldades para uma conquista em aprender a ler e escrever. São pessoas idosas que, em sua época de infância, adolescência e juventude, não tiveram acesso a educação, por diversas razões, entre as quais a falta de recursos financeiros, a proibição familiar, etc. Assim, diante dessa dívida social, a atenção para as políticas públicas voltadas ao público idoso deve ser redobrada.

CAPÍTULO III

APROXIMAÇÃO COM OS IDOSOS EM ANGRA DOS REIS

Afetada pelos estudos decorrentes desta pesquisa sobre os idosos na educação, minha atenção foi se dirigindo com mais ênfase para essa população em outros espaços da cidade onde moro. Como será que vivem? Como se sentem? O que desejam? Trabalho como assistente administrativo no setor de dispensamento de medicamentos para pacientes internados do Hospital Filantrópico Codrato de Vilhena em minha cidade natal de Angra dos Reis, situado na Rua Dr. Coutinho, nº 84, Centro. Em anexo com o hospital temos a Associação de Caridade São Vicente de Paulo, antigo Asilo. Hoje a casa dos idosos é chamada de Instituto de Longa Permanência do idoso (ILPI). Resolvi visitar esse local.

Segundo relato da assistente social Andreza, a qual foi por mim entrevistada, a mudança no nome da instituição ocorrera porque a palavra “ASILO” é entendida como “ABANDONO”. Relembrando o que é previsto no Estatuto do Idoso, a sociedade deve desenvolver um trabalho com os idosos para que eles tenham uma vida plena e dignidade. O critério de ingresso para entrar nesta instituição é que os idosos morem sozinhos, não tenham uma família, por motivo de trabalho ou quando o outro componente familiar com grau de parentesco que não sejam os filhos não tenha saúde para cuidar deste idoso, enfim, trata-se de idosos que não podem mais desenvolver sozinhos suas atividades do dia a dia. Também casos que envolvem denúncia de abandono e maus tratos são encaminhados para a instituição por ordem judicial.

Andreza me contou durante a entrevista que nesta instituição filantrópica há idosos com a idade aproximadamente de 60 a 95 anos. Possuem ali 32 leitos divididos entre ala feminina e masculina. Na instituição há 27 idosos, entre os quais 13 são homens e 14, mulheres. Cinco leitos ficam na espera de alguma emergência judicial, e por se tratar de uma instituição filantrópica, os associados com aposentadoria mensal contribuem com uma mensalidade para ajudar nas despesas e os desprivilegiados e sem família recebem ajuda do Estado.

Os idosos passam por uma triagem junto a assistente social e são convidados a fazer parte da instituição. Havendo resistência por parte do idoso mesmo que a família queira

entregá-lo a instituição, o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social não insiste em leva-lo para lá. Há uma compreensão de que a família deva ser o espaço no qual o vínculo se faz muito importante para acolher o idoso com afeto, respeito e proteção, entre outros aspectos, causando-lhe bem-estar.

As pessoas idosas estão vivendo mais tempo e nesta etapa final da vida necessitam do apoio de seus familiares, assim como também do apoio da sociedade para garantir a qualidade de vida e o bem-estar na terceira idade. O processo de envelhecer é historicamente compreendido sob duas perspectivas distintas: uma que o compreende como sendo o estágio final da vida que direciona o indivíduo rumo a morte; outra, que o percebe como sendo um momento de sabedoria, de serenidade e maturidade (ARRUDA apud CARVALHO, 2007, p. 2)

Durante a entrevista escutei de Andreza um fato que aumentou a minha motivação nesta pesquisa. Comecei a me perguntar sobre os sentimentos e os desejos dos adultos e idosos em quererem aprender a ler e escrever. Andreza relata que no ano de 2011 havia entrado na instituição um idoso de 83 anos com imenso desejo de aprender a ler e escrever o seu próprio nome. Quando jovem, não tivera a oportunidade de frequentar a escola. No colégio onde havia EJA não tinha acesso para cadeirante. Assim, esse idoso ficara impossibilitado de frequentar as aulas. Uma professora aposentada se sensibilizou com a situação daquele senhor e quando soube do seu desejo, pediu permissão à instituição para ajudá-lo. Em três meses de ensino, ele aprendera a escrever seu nome, vindo a falecer meses após o seu desejo realizado. Há muitas razões que levam os idosos a desejar voltar aos estudos ou, para aqueles que nunca frequentaram a escola, a estudar pela primeira vez. Uma vez que ingressam, o que muda em suas vidas? Que novos sentidos e significados eles encontram a partir daí? Como a educação escolar tem se oferecido como um lugar de ânimo, de sentidos e significações para os idosos em suas vidas? Assim, resolvi ir até os idosos no contexto escolar.

O lugar de minha empiria é a Escola Municipal Cornelis Verolme, criada através do Decreto nº 5.002 de 04 de maio de 2006 e inaugurada em outubro de 2012 pelo até então prefeito do município de Angra dos Reis Arthur Otávio Scapin Jordão Costa. Essa escola está localizada na Avenida dos Trabalhadores, nº 170, no bairro Verolme, em Angra dos Reis, RJ.

A EM Cornelis Verolme, desde 2018, assim como outras instituições escolares da cidade, mas nem todas, conta com a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos. A modalidade, até 2017, funcionava na Escola João Pedro de Almeida, no bairro do Camorim, a 4 quilômetros da EM Cornelis Verolme. Devido à violência urbana, o polo noturno da EJA foi desativado na Escola João Pedro e os seus alunos foram alocados para a Cornelis Verolme.

Antes de apresentar esta escola, vale a pena contar um pouco sobre a história da EJA em Angra dos Reis. Com base no documento “Projeto do Centro de Referência em Educação de Jovens, Adultos e Idosos de Angra dos Reis - CEREJAI – AR”, pude saber que é uma modalidade de ensino com existência antiga na cidade, ou seja, desde 2010.

Histórico da EJA em Angra dos Reis

A Educação de Jovens e Adultos na cidade de Angra dos Reis tem uma longa história. Seu início se deu no ano de 1989 quando começou o Ensino Regular Noturno (RN). Sua política de atendimento se volta a um público de trabalhadores e trabalhadoras do município que, por várias razões, não puderam concluir o Ensino Fundamental na data prevista. No começo de 1990, a primeira turma inicia seu trabalho. O Ensino Regular Noturno, à época, sem o amparo dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), seguia sob a mesma estrutura do Ensino Regular Diurno. O documento sinaliza que foi uma alternativa encontrada pelo município para garantir o financiamento daquelas turmas.

Em 2007, o FUNDEF foi substituído pela criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB). A partir daí, a EJA passou a contar com os recursos específicos às políticas educacionais para a essa modalidade. Com a implantação de novos recursos, Angra concretizou a EJA enquanto modalidade, na perspectiva de efetivar políticas que atendessem as necessidades dos educandos. Com a concretização citada acima, criou-se a possibilidade de se pensar em uma nova temporalidade.

De oito anos do Ensino Regular Noturno, o educando da EJA teria agora a opção de concluir o Ensino Fundamental em quatro anos, facilitando assim o tempo de conclusão dessa etapa da Educação Básica, sem necessariamente representar queda na qualidade de ensino. A intenção era de que o currículo deveria atender às particularidades dos jovens e do adulto trabalhador, sendo assim reconhecidos os seus saberes e sua experiência de vida. A migração das turmas do Ensino Regular Noturno ocorreu em 2010 para a modalidade EJA. Desse modo, passou a vigorar a EJA em duas escolas municipais: a EM Cleusa Fortes P. Jordão e na instituição com Educação de Surdos, em função de que as especialidades apresentadas mantivessem a temporalidade de oito anos.

Em 2010, a equipe de coordenadores da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Angra dos Reis (SECT), junto com os coordenadores da EJA, iniciaram o Projeto do Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos (CEREJA-AR) com o objetivo de atender alunos dos 15 anos aos 18 anos de idade com alto índice de disformidade

idade/ano de escolaridade. Em 2013, a SECT, a partir da necessidade do centro de referência, ampliou o seu atendimento, o qual até então incluía os jovens e adultos, para os idosos, renomeando assim o nome do projeto para CEREJAI-AR.

Ciente dessa realidade e determinada a superar esse desafio, a Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia de Angra dos Reis procura pensar uma proposta diferente: o CEREJAI-AR é uma escola onde o processo de ensino aprendizagem se constituiria por meio de abordagens metodológicas diferenciadas e por uma estrutura diversificada, comprometida com a democratização do acesso e da qualidade da educação. (Projeto do Centro de Referência em Educação de Jovens, Adultos e Idosos de Angra dos Reis – CEREJAI-AR, 2010, p.06)

Para que haja uma garantia de continuidade dos educandos do CEREJAI-AR desde o nível fundamental ao Ensino Médio, propunha-se no documento que houvesse uma parceria do governo municipal com o estadual, por meio da SEEDUC, com o intuito de haver um comprometimento em atender os educandos do CEREJAI-AR com formação em nível médio. Além disso, está descrito o compromisso claro no projeto de que buscava parcerias e propostas com instituições profissionalizantes, como o CEFET, o SESI, o SENAC e o SENAI. Essas parcerias dariam a garantia para que os educandos obtivessem uma certificação técnica integrada ao ensino médio.

Em 2011, foi firmada a estrutura da EJA em cinco anos na Rede Municipal de Angra dos Reis, considerando a importância também de uma maior dedicação para a fase de alfabetização, que agora contava com um ano letivo. A EJA na rede, no primeiro semestre de 2011, já atendia aproximadamente 2100 alunos, distribuídos em 15 escolas em diversas comunidades do continente e Ilha, todas no turno da noite, com exceção de uma escola da Ilha Grande, a E.M. de Educação de Surdos e a EJA Guarani, devido às suas especialidades.

Em 2017, os atendimentos já aconteciam em oito escolas, com 1.658 alunos matriculados, em 2018, no primeiro semestre, o atendimento se ampliou para sete escolas, com 1.657 alunos matriculados, sendo 61 alunos acima de 60 anos. Podemos perceber, então, que houve uma grande ampliação da EJA no município, e em menos de uma década, e que entre o público atingido, já havia estudantes idosos.

Os Idosos na EJA da Escola Municipal Cornelis Verolme

A Escola Municipal Cornelis Verolme passa a integrar essa história, como dito antes, a partir de 2018 com a modalidade EJA em seu espaço. A estrutura da escola possui dois pavimentos dentro dos quais há doze salas de aula para atender três turnos (dois diurnos e um noturno), um auditório, a biblioteca e o refeitório para os estudantes. Nas dependências há

uma sala de leitura, a sala da diretora, a sala dos professores, a secretaria, a secretaria especial, a sala de informática, os banheiros internos feminino e masculino, o galpão e a cozinha.

A modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos conta com 16 professores e 196 alunos matriculados. Níveis de Ensino EJA: Ensino fundamental I; Segmentos I e II com horários diferenciados: 1º segmento com quatro horas de aula e no 2º segmento há dois tempos de aula – Primeiro tempo: 18:40 às 20:40; segundo tempo: 20:40 às 22:00 horas.

Segue a Tabela:

Separados por Ciclos: EJA			
1º segmento/1º ano escolar	Alfabetização	09 alunos	Adultos e Idosos
1º segmento/2º ano	2º e 3º Ano	17 alunos	Adultos e Idosos
1º segmento/3º ano	4º Ano	06 alunos	Adultos e Idosos
1º segmento/4º ano	5º Ano	19 alunos	Jovens
2º segmento/1º ano	6º Ano	28 alunos	Jovens
2º segmento/2º ano	7º Ano	28 alunos	Jovens
2º segmento/3º ano	8º Ano	34 alunos	Jovens
2º segmento/4º ano	9º Ano	35 alunos	Jovens
2º segmento/5º ano	Formatura	20 alunos	Adultos/Idosos/Jovens

Fonte cedida pela Professora Marilene Lemes na data de 17/10/2019

Tendo em vista o caminho de leitura já percorrido no processo de pesquisa a respeito do tema, iniciei a fase da pesquisa empírica. Dirigi-me a Escola Municipal Cornelis Verolme, levando comigo a carta de apresentação como aluna do curso do Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR)

Fui muito bem recebida pela diretora Ana Paula que pediu a Auxiliar de Direção para me acompanhar até a turma de Alfabetização da Educação Inclusiva (EJA), cuja professora era Marilene, esta que estava substituindo a professora da turma afastada por licença médica.

Marilene é pedagoga da escola no período diurno e acumula a função de professora da turma da primeira fase (básico e 1º série primária) e alfabetização EJA.

Percebi que alguns dos estudantes se envergonhavam com a minha presença, mas não deixaram de serem receptivos. Era uma sala de nove alunos multisseriada, com a faixa etária entre 25 e 82 anos, sendo dois jovens e o restante adultos e idosos, com histórias de vida muito únicas. Alunos que nunca frequentaram a escola e outros que estudaram até a segunda série primária, numa época de difícil acesso. Foi muito gratificante vivenciar o momento em que pude observar ali: educador e educandos.

A Profa. Marilene, em suas aulas, trabalhava os conteúdos das disciplinas de forma muito respeitável, respeito este que ia ao encontro da vivência de cada aluno. Foram momentos muito gratificantes, pois percebi que os alunos interagiam de forma espontânea com a professora.

Dialogando com ela em alguns momentos, me contou que, na prática, não era fácil estar ali em sala de aula com os idosos, pois cada um apresentava condições muito específicas e problemas de saúde, como dificuldades na visão e audição, fazendo com que se sentissem desanimados, se achando incapazes e que, por essa razão, acreditavam que não iriam aprender.

Nas atividades extra classe, dependendo do assunto a se abordado, havia rejeição por parte de alguns idosos, em razão de suas doutrinas religiosas. Achavam “pecaminosos”.

Tive a oportunidade de participar junto com a turma em atividades culturais, como foi o caso de uma ação promovida pelo Projeto de Extensão “Cine UFF na Rua: diálogos entre infâncias, educação e política”, na tenda do IEAR-UFF¹, com o filme “Vermelho como o Céu”. Nessa atividade, depois do filme, houve um diálogo muito bom entre professora, estudantes, integrantes do projeto e o público em geral. Também participamos da atividade “A EJA na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – 2019” com o tema “Bioeconomia : Diversidade e Riqueza para o Desenvolvimento Sustentável”, assim como da “Semana da Consciência Negra”, com discussão sobre textos em sala de aula, com o filme sobre “Zumbi dos Palmares” no auditório, seguido do momento de desfrutar da comida típica no refeitório da escola.

Enfim, Profa. Marilene usava o método freiriano de ensino, com aulas dinâmicas e com trocas de experiências e saberes.

¹ O Projeto de Extensão “Cine UFF na Rua: Diálogos entre Infâncias, Educação e Política”, com início em 2019, é coordenado pela Profa. Silmara Lídia Marton, com a participação da graduanda em Pedagogia Juliana Gomes de Andrade e de professores dos três cursos de graduação do IEAR.

Pensamos um roteiro de perguntas abertas para as entrevistas com os alunos idosos que pudesse servir apenas como um dispositivo introdutório para o nosso contato e que favorecesse o seu foco nas questões, porém, com o cuidado de que não se limitassem a elas, fazendo-o de modo aberto e espontâneo. Segue o roteiro:

- Qual o seu nome completo?
- Idade?
- Já frequentou a escola antes da EJA? Quando e onde? Por quanto tempo ou até que série?
- Quais os motivos de ingressar na EJA atualmente?
- Qual a motivação maior (aspectos interiores)?
- O que é educação para você?
- O que mudou em sua vida com a EJA?
- Quais as expectativas que você tem com relação a escola na EJA?
- Como as aulas te ajudam a aprender?
- O que significa a EJA em seu presente e para o seu futuro?
- Como você se via antes e agora se vê a partir da experiência da EJA?

Assim, dei início às entrevistas com Adultos e Idosos na Alfabetização da E.M. Cornelius Verolme, no segundo semestre, em outubro de 2019. O critério de escolha para as entrevistas foi a idade. A professora Marilene os encaminhava para a sala de leitura da escola onde eu os aguardava para as entrevistas. Não foi possível entrevistar todos os idosos da sala de aula por motivo do seu não comparecimento às aulas. Por essa razão, foram entrevistados dois idosos e dois adultos.

Nas páginas seguintes, apresento uma síntese das narrativas dos entrevistados que permearam o conteúdo das perguntas feitas e, para além disso, me possibilitaram saber, mesmo que de modo ainda lacunar, o quão é significativo o estudo e a educação escolar nas existências desses idosos.



Figura 01
Maria José - 42 anos

Sra. Maria José é natural de Recife e mora em Angra há 20 anos. Trabalha em casa de família há 12 anos, é casada e tem dois filhos. Na infância não estudou porque a mãe tinha muitos filhos. Precisou ajudar os pais na roça. Tem um ano que frequenta a EJA e seu motivo em querer aprender a ler depois de adulta foi a necessidade da leitura para identificar os nomes dos medicamentos que o médico prescreve para o seu filho de 08 anos que tem transtorno bipolar. Ela comenta em sua entrevista que a busca pelos estudos se deu em função da necessidade de melhorar sua autoestima. Por não saber ler, pegava ônibus errado para ir para casa, precisava da ajuda das pessoas nos supermercados e sentia que muitos não tinham paciência com ela. Sentia-se muito triste. Ela também comenta que falava para as pessoas que não enxergava direito. No seu depoimento enfatiza muito sobre o fato de não enxergar. Depois que começou a vivência escolar, ela diz com suas palavras que *“era cega para o mundo”*. Continua dizendo que, no mundo atual, pessoas sem estudo têm muitas dificuldades em arrumar emprego, que não é respeitada e que a educação escolar ajuda ela a ir e vir na sociedade enquanto ser humano. Pretende continuar ressaltando que: *“se a professora tiver paciência comigo”*. Diz que gosta muito da professora atual, a qual se chama Marilene.

Marilene é pedagoga e trabalha na escola no turno diurno, substituindo outra professora na EJA Alfabetização. Maria José continua dizendo que a professora ensina de modo que ela consegue aprender e que não teve boa experiência com a professora anterior. Ao final da entrevista, Sra. Maria José conta que se sente feliz com a vida e que melhorou sua ainda mais pelo fato de que passou a estudar. *“O estudo traz coisas boas para mim e não fico pensando em coisas ruins”*.

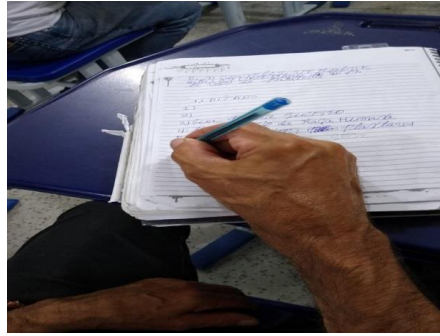


Figura 02
Sr. Renato - 65 anos

Natural da Paraíba, O Sr. Renato é oriundo de uma família com muitos irmãos e conta que a toda sua infância e a adolescência foram destinadas a ajudar seu pai nas plantações na roça. O pai o proibia e também os seus irmãos de estudarem. O argumento era que para trabalhar na roça não precisava de estudo e também para não escrever carta para namorada. Quando mais novo, Sr. Renato veio morar em Angra com a ajuda do seu irmão. Aqui mesmo sem estudo, aprendeu várias profissões, casou-se e teve seus três filhos, os quais foram criados no sustento da antiga empresa Verolme, situada no bairro de sua moradia atual, Jacuecanga. Por boa sorte, na época de trinta anos atrás, não exigiam estudo para empregar trabalhadores. Era apenas o teste técnico. Sr. Renato conta que não obteve um cargo melhor por falta do estudo, mas com seu salário ajudou a custear a faculdade dos filhos mais velhos e que, mesmo aposentado, ainda continua trabalhando devido à manutenção do estudo do filho caçula. Ele salienta que ficava muito triste porque não conseguia ajudar os filhos nos deveres da escola. Mesmo com os aprendizados da vida, faltava algo na vida dele. E descobriu o que faltava quando ingressou no universo escolar. Com o apoio da família, Sr. Renato frequenta a EJA há cinco anos e relata que se sente muito feliz por ter aprendido a ler e escrever. Conta que, no início, quando entrou na EJA, era uma sala multisseriada e ele não se sentia bem porque na turma havia muito jovens em série avançada atrapalhando o seu aprendizado, o que o deixava desanimado. Sua vontade de aprender era muito grande, e isso fez que conseguisse ultrapassar aquela dificuldade. Neste ano de 2019 diz gostar da turma porque tem alunos mais velhos e todos estão no mesmo nível de aprendizagem. Gosta muito da professora porque demonstra paciência e carinho. Ela fala alto porque ele tem deficiência auditiva e, ainda acrescenta o Sr. Renato que, *“quando é preciso, ela sabe dar bronca sem ofender ninguém”*. Termina a entrevista dizendo: *“Mesmo com as dificuldades em aprender, enquanto tiver saúde e boa memória, pretendo chegar até o Ensino Médio”*.

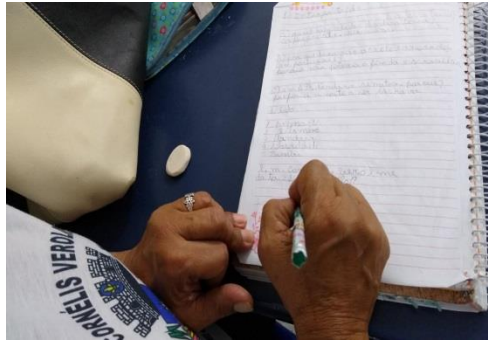


Figura 3
Ana Maria - 64 anos

Sra. Ana Maria é oriunda de uma família com 11 irmãos. Devido à profissão do pai que não se fixava em nenhuma cidade, ela e os irmãos não conseguiram completar seus estudos. Ela não conseguiu aprender a ler quando jovem. Seu motivo para retornar aos estudos era para poder ler a Bíblia. Frequenta o EJA há cinco anos e hoje, ela enfatiza, que seu pensamento mudou em relação à aprendizagem. *“Hoje é ir além de só ler a Bíblia”*. Ela conta que mudou muito o seu jeito de ser como pessoa, que era uma pessoa nervosa, sem paciência e doente. Diz que a educação é mais do que pensava. Achava que era só para aprender desenhar letras e números. Para ela, a educação hoje tem um significado muito grande em sua vida. Enfatiza a troca de experiências com os outros e enaltece muito a EJA como oportunidade de mudar a sua visão de mundo. Já para ler, ainda encontra bloqueio e dificuldades em aprender, mas agradece a professora Marilene pela paciência, carinho e respeito. Aprendeu que não precisa ter vergonha em aprender e precisa seguir em frente. Para o seu futuro, a Sra. Ana Maria pensa em algo mais em relação a Ensino Médio ou até mesmo uma faculdade. Diz que precisa estudar muito mais *“porque sem estudo não se é ninguém, e ser alguém na vida no sentido de saber explicar para as pessoas o que está escrito, que sentido tem a palavra lida”*. Lembra que teve experiências ruins na sociedade por não saber ler e escrever. E, ao final, diz com risos: *“O pouco que sei ler me sinto gente grande...”*.

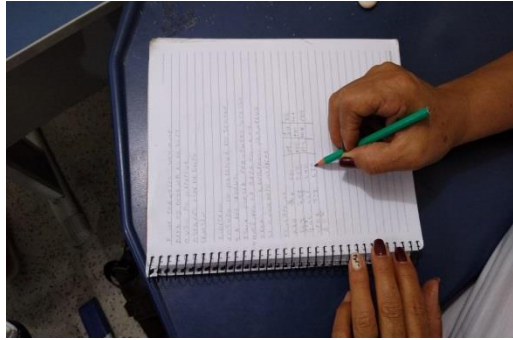


Figura 4
Márcia Maria dos Santos - 47 anos

Viúva e dona de casa, Sra. Márcia Maria dos Santos estudou há muitos anos atrás na associação do Bairro Village no “Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos” (MOVA). Era uma sala com apenas seis alunos, ela conta. Retornou aos estudos porque gosta de estudar e que, no colégio, consegue se divertir, sente-se feliz e que, brincando, aprende a escrever. Lembrou da colega Dona Maria com 70 e pouco anos que estudou no MOVA com ela e também destaca que são da mesma sala na EJA. Por motivo de doença, a amiga está com dificuldade em frequentar a escola. Sra. Márcia diz também que o que a motiva é conhecer outras pessoas, fazer amizade. Não sente solidão, diferente do que sente quando está sentada no sofá só vendo televisão. O estudo mudou muito a sua vida. Falou de suas dificuldades em não saber ler o letreiro do ônibus, nas compras no supermercado e que se sentia muito triste em ter que perguntar aos outros. Comentou da filha que está a cursar Formação de Professores e que a mesma tem muita paciência com ela, porque tem muita dificuldade em aprender. Sra. Márcia espera concluir os estudos sabendo ler sem gaguejar. Tem bom relacionamento com a professora, comenta que ela é dinâmica, brincalhona ao ensinar, é enérgica e que também ensina brincando. Para o futuro, ela não pensa em se formar em nada, O que a interessa “*é poder sentar no sofá, pegar um jornal e saber ler, ir ao cinema, ler filme legendado e TV*”. Ela diz que melhorou muito a sua autoestima no sentido de ter confiança em ir ao supermercado e não ter que ficar perguntando toda hora o preço dos produtos. Começou a trabalhar com 12 anos, parando os estudos na terceira série primária. Os pais davam apoio para o estudo, pois não precisava trabalhar para ajudar no orçamento da casa. O estudo está sendo fundamental em sua vida. No início era apenas para ler a bíblia e hoje pretende ir até o Ensino Médio.

Foram poucos dias em observação na sala de aula junto com a professora e alunos. Alfabetizar não é tão fácil como parece ser e dentro da sala de aula então, há uma outra realidade. O desafio da professora é muito grande em alfabetizar os alunos idosos. Eles

trazem consigo suas experiências de mundo, o que é de um valor supremo, porém também vícios no seu linguajar, dificuldade para aprender devido à mente cansada, pouca visão e audição por causa da idade, além da insegurança e baixa autoestima. Por isso, as aulas precisam ser diferenciadas e dinâmicas a fim de que não desistam por falta de estímulo e, assim, possam concluir seus estudos. Ali na sala de aula, eles se sentem importantes.

Para os idosos que não têm tempo a perder, a leitura e a escrita são primordiais. Para muitos deles, o estudo não é algo que irá interferir na melhoria da renda familiar, mas permitir um sentido a mais para suas vidas, podendo até alterar a sua visão de mundo.

Cumprida essa fase das entrevistas e tendo em mente o objetivo da pesquisa e o caminho percorrido desde a investigação dos artigos científicos e legais para a compreensão do envelhecimento no mundo contemporâneo e no Brasil, pude constatar empiricamente que os idosos não estavam ali somente para aprender a ler e escrever e dar visibilidade dessa experiência a outro, mas sim buscando algo mais para si mesmos. A pesquisa mostrou que havia um sentido maior para os idosos estarem em sala de aula, ainda que enfrentando todas as dificuldades de ordem física e mental.

Dos nove alunos, entre idosos e adultos, foram entrevistados quatro deles, sendo dois idosos e dois adultos. Do total das respostas foi unânime a fala dos respondentes no tocante ao fato de que chegaram na escola com baixa autoestima e que seu desejo maior era somente aprender a conhecer as letras para serem valorizados e respeitados na sociedade. A escola mostrou que eles podem ir além daquilo que imaginam. Isso se confirma quando alguns entrevistados mencionam o fato de que já pensam em prosseguir os estudos no ensino médio. Além disso, também é possível afirmar que o aprendizado das letras faz com que esqueçam suas tristezas, se sintam felizes e valorizados pelos colegas e, principalmente, pela professora em sala de aula.

Os documentos legais estudados nesse percurso de pesquisa já haviam me apontado que, apesar do esforço de profissionais em políticas públicas para atender o público dos idosos nas escolas, ainda existem algumas falhas em garantir a sua permanência e continuidade. Isso vai depender também de um bom trabalho do docente em sala de aula, mostrando que, mesmo diante de tantas dificuldades, os idosos são capazes de aprender e, desse modo, encontrar uma condição melhor de inclusão na sociedade.

O trecho abaixo da canção “Tempo Perdido”, de autoria do compositor Renato Russo, apresenta uma reflexão acerca da passagem inevitável do tempo e sobre a natureza efêmera da vida. Diz assim:

*Todos os dias quando acordo
Não tenho mais o tempo que passou
Mas tenho muito tempo
Temos todo o tempo do mundo*

*Todos os dias antes de dormir
Lembro e esqueço como foi o dia
Sempre em frente
Não temos tempo a perder*

A canção vai ao encontro do que é dito por uma pesquisadora que trabalha com cartografias junto a idosos, Mariele Rodrigues Correa. Em seu livro “*Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade - velhice e terceira idade*” (2009), Correa aborda o aspecto efêmero de nossas vidas e do mundo contemporâneo e que, nessa passagem do tempo, nem sempre os idosos acompanham o ritmo acelerado dos acontecimentos, o que os leva a viverem essa fase de suas vidas com grande ímpetus, provocando assim uma ruptura com seus próprios tempos e espaços (CORREA, 2009).

Os idosos podem se angustiar por não conseguirem acompanhar essa maratona. Acabam “ficando para trás”, e muitos se sentem abandonados e terminam por viver na solidão.

Nesse cenário, o hábito, enquanto uma disposição duradoura adquirida pela repetição frequente de um ato, uso, costume, parece ser a possibilidade de ruptura com a efemeridade das relações que estabelecemos no mundo (CORREA, 2009, p. 89)

Os idosos, como a autora argumenta, são vistos como “produtos” na contemporaneidade, pois nessa sociedade capitalista, o idoso serve para dar assistência financeira para a família e, ao mesmo tempo, é desvalorizado, porque “não serve mais”. Além disso, os espaços urbanos não são feitos para eles, ficam excluídos do direito de estarem no mesmo espaço dos mais jovens e os monumentos ficam apenas na sua memória, pois não lhes é permitido circularem na cidade.

Mas, não podemos jamais esquecer do valor de suas vidas e das histórias que guardam consigo. Enfim, concordo com Correa quando diz ao final do livro decorrente de sua pesquisa:

As memórias dos idosos são densamente ricas, porque guardam consigo aquilo que os tradicionais livros de História, na maior parte dos

casos, não conseguem traduzir: a narrativa do cotidiano. São as histórias daqueles que constroem a História (Certeau, 1994). Costumes, lendas, imaginários e práticas que, transmitidos pelo legado da narrativa oral, são parte importante da memória coletiva e do indivíduo que recorda. Um fio de meadas complexas e de múltiplas possibilidades: um ponto de convergência com o passado e o presente e suas linhas de tempo no amanhã do mundo. (CORREA, 2009, p.113)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Ninguém liberta ninguém.
As pessoas se libertam em comunhão.
Mudar é difícil, mas é possível.*

Paulo Freire

A educação de jovens, adultos e idosos é uma modalidade de ensino amparada por lei, destinada às pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada. Há décadas buscam-se métodos e práticas educativas adequadas à realidade dos alunos idosos, no entanto, mediante a leitura dos artigos e documentos relativos às políticas públicas e, em especial, educacionais, observei ainda algumas fragilidades que impedem o prosseguimento de ações e de propostas eficientes para corresponderem às necessidades dos idosos.

Educar idosos tem sido um desafio constante no que se refere à possibilidade de garantir a permanência destes idosos em sala de aula para uma aprendizagem efetiva e transformadora de atitudes, procurando valorizar cada ser humano.

É preciso compreender que os idosos vivenciam diversas situações, como preconceito, discriminação, vergonha, críticas, entre outras. Por essa razão, o papel do docente é de fundamental importância no processo de aprendizagem do aluno EJA, assim como para a continuidade de seus estudos.

Esse trabalho de conclusão de curso envolveu pesquisa bibliográfica e empírica, por meio de entrevistas com assistente social na Instituição de Longa Permanência dos Idosos, assim como entrevistas com alunos idosos e observações em sala de aula, na Escola Municipal Cornelis Verolme. Nesse processo, confirmou-se para mim que a escola é de grande importância para os idosos. Foi possível mostrar que a sociedade lhes oferece oportunidades para alguma aprendizagem e nela experimentam vivências de mundo, principalmente quando jovens, porém, renega suas existências quando vai se aproximando a fase da velhice.

A escola e, nesse espaço, o estudo lhes proporciona algum sentido e/ou significado para suas vidas, afirmando que eles não são números ou coisas a ocupar o espaço enquanto vivem, que a velhice não é o seu fim, mas que têm algo muito mais valioso para oferecer a si e aos outros, com seus conhecimentos, memórias, histórias, vivências, experiências. E tudo isso aparece no seu processo de aprendizagem da leitura e da escrita.

Ressalto que, mesmo tendo sido curto o tempo para minha pesquisa empírica em sala de aula em função da pandemia do COVID-19, os resultados de todo esse processo foram positivos. Principalmente, os relatos das experiências de vida contados pelos alunos idosos no percurso das entrevistas colaboram para a atenção a esse público, a um olhar diferenciado para o desenvolvimento pedagógico desses estudantes e para a melhoria de suas vidas. Cabe lembrar o pressuposto da garantia de uma estrutura educacional de ensino para a qualidade de vida dos idosos.

A partir desse estudo, foi possível compreender também a importância em investir em educação continuada junto a professores que atuam em EJA para que trabalhem cada vez melhor no sentido de que os idosos não sejam discriminados e se tornem perceptíveis na sociedade. Confirma-se a importância do educador na ajuda do reconhecimento das próprias identidades e singularidades dos idosos e, desse modo, superando quaisquer dificuldades que os impeçam de, pelo estudo, encontrarem sentidos em suas vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Evaldo Solano Filho; RAMALHO, Rosângela Palhano. **A Efetividade Legal do Estatuto do Idoso**. Constituído sob a Lei. 10.741/2003, 2013.

BOLETIM OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS. Publicação Oficial. p.01 a 03. Disponível em: www.angra.rj.gov.br. Acesso em 25 de junho de 2019.

BRASIL. CONFITEA VI. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos**. Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

BRASIL. CONFINTEA VI. **Marco de Ação de Belém**. Brasília: UNESCO, MEC, 2010.

BRASIL. **Estatuto do Idoso – Lei n. 10.741**, de 1º de outubro de 2003. São Paulo: Sugestões literárias, 2003.

CARVALHO, Benedita Viana de. **Envelhecimento e Apoio Familiar: Importância no Bem-Estar da Pessoa Idosa**. Psicólogo. Edição 06/2017. Disponível em: <https://psicologado.com.br/psicologia-geral/desenvolvimento-humano/envelhecimento-e-apoio-familiar-importancia-no-bem-estar-da-pessoa-idosa>. (p.1 a 7). Acesso em 20-01-2020.

CEREJAI – AR - **Projeto do Centro de Referência em Educação de Jovens, Adultos e Idosos de Angra dos Reis**. p.01 a 08, 2010.

CORREA, Mariele Rodrigues. **Cartografias do Envelhecimento na Contemporaneidade: velhice e terceira idade**. São Paulo. Editora UNESP, 2009.

DIAS, Júlio Cesar de Moura. **"A Gente nunca acha que é demais aprender". Educação de Jovens e Adultos: motivações de idosos para buscarem formação escolar em Macaé-RJ**". Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, 2020.

FERNANDES, Maria das Graças Melo; SANTOS, Sérgio Ribeiro dos. **Políticas Públicas e Direitos do Idoso: desafios da agenda social no Brasil contemporâneo**. Achegas. Net. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, n. 34,mar./abr., 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECADI. Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – DPAEJA.

PARADELLA, Rodrigo. **Números de Idosos cresce 18% em 05 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017 (Brasil)**. PNAD (Editoria: Estatísticas Sociais). Disponível em: agenciadenoticias.ibge.gov.br, de 26/04/2018.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características dos Moradores e Domicílios, IBGE. Disponível online. Acesso em 01/2020.

PONTAROLO, Regina Sviech; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **O Direito à Educação Prescrito no Estatuto do Idoso: uma breve discussão.** Revista de Ponta Grossa. p. 01 a 08. Acesso em 01/2020.

PORCARO, Rosa Cristina. **A História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** Disponível em: www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc. Acesso em 01/2020.

RODRIGUES, Marilda Merência; CAVALHEIRO, Jessica Vanessa . **Confintea VI e as Políticas de Educação para Jovens e Adultos em Santa Catarina: perguntando pelas Mediações.** 2011, p. 01 a 22.

SERRA, Deuzimar Costa; FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **Os Idosos na EJA: Uma Política de Educação Inclusiva.** Revista: Olhar do Professor – Ponta Grossa-CE. 2016, pp. 149 – 161.

VERAS, Renato Peixoto; OLIVEIRA, Martha. **Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado.** Revista de Ciência e Saúde Coletiva. p. 1929-1936. 23/06 Jun/2018.